



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

JORNAL DA CIDADE

ARACAJU, TERÇA-FEIRA, 7 DE MAIO DE 2013

O atendimento aos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS), que estão realizando tratamento oncológico 3D no Estado não será interrompido. Essa foi a decisão tomada na manhã de ontem, segunda-feira, 6, durante audiência no Ministério Público (MP). A audiência, presidida pela promotora Euza Missano, contou com a participação dos representantes dos Hospitais de Cirurgia (HC), João Alves Filho (Huse), da Fundação Hospitalar de Saúde (FHS) e o coordenador da Vigilância Sanitária de Aracaju (Covisa) e buscou soluções para viabilizar o atendimento aos pacientes oncológicos e regularizar o software operante do serviço.

De acordo com a promotora, hoje, no Estado de Sergipe, existem dois aparelhos de radioterapia funcionando, um no o Huse e outro no Hospital de Cirurgia (HC), mas atualmente só presta o serviço 3D o aparelho instalado no HC- e ainda assim sem certificação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). “Para solucionar esse problema, o MP já entrou com uma ação desde o ano passado para que houvesse a implantação desse serviço no Huse, como uma forma de desafogar a fila. A fundação hospitalar de saúde já garantiu que dentro de 60 dias vai poder operar esse sistema. Já o HC, embora possua o aparelho, o software não possui certificação da Anvisa, o que significa dizer que o município não tem como atestar que esses pacientes estejam fazendo o

tratamento em 3D”, explicou a promotora.

Para não atrasar ainda mais o tratamento dos pacientes e deixar que a fila de espera cresça ainda mais, ficou decidido na audiência que a realização dos exames não será suspensa, mas que as medidas para adequação do serviço deverão ser realizadas num prazo de 60 dias. “Determinamos esse prazo para que a FHS comece a realizar o tratamento no Huse e também para que o HC regularize sua situação junto a Anvisa. Vale ressaltar que no HC o software utilizado não é ilegal, ele veio para o Estado aprovado pelo Ministério da

Saúde, mas a Anvisa não o reconhece, por isso é necessária a adequação”, explicou Euza.

Segundo o diretor presidente do Hospital de Cirurgia (HC), Gilberto dos Santos, a audiência foi bastante positiva e todos se comprometeram a dobrar o afinco para que o serviço não pare. “Nosso objetivo é beneficiar todos os pacientes com um atendimento digno. Acredito que agora essas filas de espera chegarão ao fim, pois para que isso ocorra só estão faltando alguns aparelhos, coisa que já esta chegando ao Estado. Assinamos o convênio e agora estamos esperando chegar, num prazo de 60 dias, um acelerador

RADIOTERAPIA

Audiência no MP garante tratamento oncológico



PROMOTORA de Justiça Euza Missano reuniu representantes dos hospitais Cirurgia e Huse, da FHS e Covisa

linear, um aparelho de tomografia e um de ressonância magnética, que representaram um investimento de aproximadamente R\$6 milhões do governo federal”, destaca.

Para o coordenador da Covisa, Ávio Britto, as adequações são necessárias, mas a partir do entendimento e do acordo firmado entre as partes, não será necessária a interrupção do atendimento. “Para a vigilância não vale a pena lacrar e proibir o uso dos aparelhos que estão servindo a população, porque se só tem ele fazendo esse serviço parar as atividades só iria atrasar ainda mais o tratamento

dos pacientes. A Covisa está dando esse prazo para que as adequações sejam realizadas o mais rápido possível. Temos que resolver esse problema porque é uma forma de garantir a autenticidade do serviço ofertado, pois os pacientes podem estar recebendo uma radiação ainda no patamar de 2D, sendo que necessitam de uma 3D. É o mesmo de tomar um remédio clandestino, que agente sabe que não vai surtir efeito”.

Outros detalhes

Com o problema da legitimidade e do serviço de radioterapia 3D resolvido, outro surge. É que apenas os pacientes com câncer de próstata e no sistema nervoso central têm hoje direito de usufruir do serviço no Estado, segundo normas do Ministério da Saúde (MS). “Hoje no Huse podemos dizer que não há filas para os pacientes, porque ele não está recebendo os pacientes para tratamento em 3D, mas quando começar a fazer nós vamos ter que diluir a demanda no HC e esperamos que essa fila desapareça. É um absurdo pensar em fila de espera para pacientes com uma patologia tão grave. Enquanto isso, os pacientes de câncer de próstata (1 e 2) e do sistema nervoso vão continuar sendo feitos pelo HC – pagos pelo município de Aracaju. Apesar disso, há casos em que o médico solicita a realização desse tipo de procedimento para outros tipos de câncer, mas o MS não autoriza. Então, para resolver esse impasse marcamos uma reunião para a próxima segunda-feira, 13, para que possamos discutir com o Estado e com o município um protocolo específico para Sergipe, para que esses pacientes também tenham o benefício do tratamento 3D”, finaliza a promotora Euza Missano.

Parceria assegura medicamentos

Tendo em vista a necessidade de oficialização de uma parceria ente a Associação dos Voluntários a Serviço da Oncologia em Sergipe (Avosos) e o setor de Oncologia do Hospital de Urgência de Sergipe (Huse), a Promotora dos Direitos à Saúde do Ministério Público Estadual (MPE) realizou na manhã de ontem uma audiência pública com representantes da Fundação Hospitalar de Saúde (FHS) e da Secretaria de Estado da Saúde (SES).

De acordo com a promotora Euza Missano, na audiência pública ficou firmado pela Avosos e Huse a assinatura de um Termo de Cooperação Técnica. “Nesse termo, a Avosos continua fornecendo, caso haja necessidade, medicamentos para tratamento de pacientes com câncer, além de procedimentos oncológicos aos pacientes que dependem do Sistema Único de Saúde (SUS) e o Ministério Público só intermediou essa negociação. Na verdade, essas ações serão disciplinadas a partir da formalização desse termo”, informou Missano.

O gerente geral da Avosos, Wilson Melo, informou que o objetivo dessa parceria é poder ampliar e ajudar os pacientes que necessitam destes serviços. Ele explica que a parceria propõe caso uma criança ou adolescente precisa com urgência de um medicamento ou um exame, e se tiver em falta no hospital, a Avosos irá disponibilizar em tempo hábil para que não comprometa o tratamento dos pacientes. “Tanto a fundação como a direção do Hospital receberam nossa proposta e estão analisando o termo e fazendo algumas adequações. Esse é um trabalho que já estava sendo feito, só queríamos oficializar com a nova diretoria”, explicou Wilson Melo.